



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAMBEIRO

C. M. JAMBEIRO
Fis. 1
Rubrica

LEI MUNICIPAL Nº 1565 DE 22 DE JUNHO DE 2012.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS A SEREM OBSERVADAS NA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE JAMBEIRO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013.

CARLOS ALBERTO DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAMBEIRO, ESTADO DE SÃO PAULO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

ART. 1º - EM CUMPRIMENTO AOS DISPOSITIVOS ESPECÍFICOS CONTIDOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, NA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, NA LEI 4.320/64 E NA LEI 101/2000, FICAM ESTABELECIDAS PELA PRESENTE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – L.D.O. – OS PARÂMETROS, NORMAS E INSTRUÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013 DO MUNICÍPIO DE JAMBEIRO, QUE ABRANGERÁ OS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO, SEUS FUNDOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, COMPREENDENDO:

- I AS METAS FISCAIS;
- II A ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL;
- III AS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL;
- IV AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL E SUAS ALTERAÇÕES;
- V AS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS;
- VI AS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO, E
- VIII AS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL.

ART. 2º - CONSIDERAM-SE, PARA OS EFEITOS DESTA LEI:

PROGRAMA: CONJUNTO DE INSTRUMENTOS DE ORGANIZAÇÃO E AÇÕES GOVERNAMENTAIS PLANEJADAS E NECESSÁRIAS PARA ALCANÇAR OS RESULTADOS FINAIS DETERMINADOS, PARA SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES COLETIVAS.

PROJETO: INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO PARA ALCANÇAR AS METAS E OBJETIVOS DE UM PROGRAMA, ENVOLVENDO UM CONJUNTO DE OPERAÇÕES DAS QUAIS RESULTA UM BEM FINAL QUE CONCORRE PARA A EXPANSÃO OU APERFEIÇOAMENTO DA AÇÃO DE GOVERNO.



ATIVIDADE: INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO PARA ALCANÇAR O OBJETIVO DE UM PROGRAMA, ENVOLVENDO UM CONJUNTO DE OPERAÇÕES QUE SE REALIZAM DE MODO CONTÍNUO E PERMANENTE, DAS QUAIS RESULTA UM PRODUTO NECESSÁRIO À MANUTENÇÃO DA AÇÃO DE GOVERNO;

DIRETRIZES: O CONJUNTO DE CRITÉRIOS DE AÇÃO E DECISÃO QUE DEVE DISCIPLINAR E ORIENTAR O PROCESSO DE PLANEJAMENTO;

METAS: A ESPECIFICAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO FÍSICA DOS OBJETIVOS ESTABELECIDOS;

OBJETIVOS: OS RESULTADOS QUE SE PRETENDE ALCANÇAR COM A REALIZAÇÃO DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS DIRIGIDAS À COLETIVIDADE;

DESPESAS IRRELEVANTES: AS DESPESAS CONSIDERADAS DISPENSADAS DE LICITAÇÃO;

DESPESA OBRIGATÓRIA DE CARÁTER CONTINUADO: AS DESPESAS JÁ CONSTANTES DOS ORÇAMENTOS E AQUELAS DERIVADAS DE LEI OU ATO ADMINISTRATIVO NORMATIVO QUE FIXEM OBRIGAÇÃO LEGAL DE EXECUÇÃO POR PERÍODO SUPERIOR A DOIS EXERCÍCIOS FINANCEIROS.

PROGRAMAS DE AÇÃO CONTINUADA: AS AÇÕES QUE RESULTEM EM SERVIÇOS PÚBLICOS PRESTADOS OU COLOCADOS À DISPOSIÇÃO DA COMUNIDADE, DE FORMA UNIFORME DURANTE PERÍODO PROLONGADO.

DISPOSIÇÕES PARA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA

ART. 3º - A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA – DEVERÁ PAUTAR-SE PELA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL, OBSERVANDO-SE OS PRINCÍPIOS DA PUBLICIDADE E LEGALIDADE, PERMITINDO O AMPLO ACESSO DA SOCIEDADE A TODAS INFORMAÇÕES DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL.

ART. 4º - OS PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS CAPAZES DE AFETAR AS CONTAS PÚBLICAS, SE OCORREREM, SERÃO AVALIADOS EM ANEXOS PRÓPRIOS, ONDE SERÃO INFORMADAS AS MEDIDAS A SEREM ADOTADAS PELO PODER EXECUTIVO.

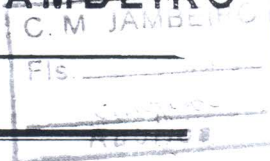
PARÁGRAFO ÚNICO: PARA OS FINS DESTES ARTIGOS, CONSIDERAM-SE PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS FISCAIS, POSSÍVEIS OBRIGAÇÕES PRESENTES, CUJA EXISTÊNCIA SERÁ CONFIRMADA SOMENTE PELA OCORRÊNCIA OU NÃO DE UM OU MAIS EVENTOS FUTUROS, QUE NÃO ESTEJAM TOTALMENTE SOB CONTROLE DO PODER EXECUTIVO.

ART. 5º - A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA NÃO CONTERÁ DISPOSITIVO ESTRANHO À PREVISÃO DE RECEITA E FIXAÇÃO DE DESPESA, E ATENDERÁ PROCESSO DE PLANEJAMENTO PERMANENTE.

§ 1º - OS ORÇAMENTOS ANUAIS ATENDERÃO OS PRINCÍPIOS DO EQUILÍBRIO, DA UNIDADE E DA UNIVERSALIDADE ORÇAMENTÁRIA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAMBEIRO



§ 2º - A ESTIMATIVA DE RECEITA DO ORÇAMENTO CONTEMPLARÁ MEDIDAS DE APERFEIÇOAMENTO DA ARRECADAÇÃO DOS TRIBUTOS, VISANDO O AUMENTO DAS RECEITAS PRÓPRIAS.

§ 3º - O PODER EXECUTIVO DEVERÁ PROPOR PROJETOS DE LEI DE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. SEMPRE QUE SE TORNE NECESSÁRIA A PRESERVAÇÃO DO EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS E A GERAÇÃO DE RECURSOS PARA INVESTIMENTOS; PARA MANUTENÇÃO OU AMPLIAÇÃO DAS ATIVIDADES PRÓPRIAS DO MUNICÍPIO, BEM COMO O CANCELAMENTO DE DÉBITO CUJO MONTANTE SEJA INFERIOR AO CUSTO DE COBRANÇA.

§ 4º - AS MODIFICAÇÕES DAS LEIS DE CARÁTER TRIBUTÁRIO DEVERÃO SER APRECIADAS PELO PODER LEGISLATIVO NO EXERCÍCIO ANTERIOR, ATENDENDO O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE TRIBUTÁRIA.

§ 5º - TODO PROJETO DE LEI VERSANDO SOBRE CONCESSÃO DE ANISTIA, REMISSÃO, SUBSIDIO, CRÉDITO PRESUMIDO, CONCESSÃO DE ISENÇÃO, ALTERAÇÃO DE ALÍQUOTA OU MODIFICAÇÃO DE BASE DE CÁLCULO QUE IMPLIQUE EM REDUÇÃO DE TRIBUTOS OU CONTRIBUIÇÕES, DEVERÁ ATENDER AO DISPOSTO NO ARTIGO 14 DA LEI 101/2000, DEVENDO SER INSTRUÍDO COM DEMONSTRATIVOS EVIDENCIANDO QUE NÃO SERÃO AFETADAS AS METAS DE RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO. NÃO SE SUJEITAM ÀS REGRAS DO PRESENTE PARÁGRAFO, A SIMPLES HOMOLOGAÇÃO DE PEDIDOS DE ISENÇÃO, REMISSÃO OU ANISTIA APRESENTADA COM BASE EM LEGISLAÇÃO MUNICIPAL ANTERIOR À EDIÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR 101/2000.

ART. 6º - AS METAS DE RECEITAS PREVISTAS PARA FINS DE ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA TERÃO POR BASE:

- I O AUMENTO VEGETATIVO DAS PROJEÇÕES FINANCEIRAS, DEVIDAMENTE CORRIGIDAS MONETARIAMENTE CONFORME ÍNDICES DO GOVERNO FEDERAL;
- II IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS E DE SOFTWARES ESPECÍFICOS PARA AS DIVERSAS ÁREAS DE ATUAÇÃO DO PODER EXECUTIVO, QUE GEREM RECURSOS AO MUNICÍPIO;
- III A CRIAÇÃO DE NOVOS SERVIÇOS PÚBLICOS COLOCADOS À DISPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO;
- IV A TENDÊNCIA DO EXERCÍCIO FINANCEIRO;
- V O INCREMENTO DE COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA EXISTENTE.

ART. 7º - A LEI ORÇAMENTÁRIA CONTERÁ RESERVA DE CONTINGÊNCIA, LIMITADA AO MÁXIMO DE 3% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA, E CONSTITUÍDA EXCLUSIVAMENTE DE RECURSOS DO ORÇAMENTO FISCAL, DESTINADA ÀS SEGUINTE FINALIDADES:

- I ATENDER PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS E EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS;



II COBERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS.

ART. 8º - OS PROJETOS EM FASE DE EXECUÇÃO TERÃO PRIORIDADE SOBRE OS NOVOS PROJETOS, ALÉM DE ADEQUADAMENTE ATENDIDAS AS DESPESAS COM CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO.

PARÁGRAFO ÚNICO: A REGRA ESTABELECIDADA NO "CAPUT" DESTE ARTIGO APLICA-SE NO ÂMBITO DE CADA FONTE DE RECURSOS, CONFORME VINCULAÇÕES LEGALMENTE ESTABELECIDAS.

ART. 9º - A LEI ORÇAMENTÁRIA PODERÁ PREVER RECURSOS DESTINADOS À CONCESSÃO DE AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES A ENTIDADES CIVIS DE CARÁTER BENEFICENTE, FILANTRÓPICAS E ASSISTENCIAIS, SEM FINS LUCRATIVOS, NAS ÁREAS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE INTERESSE DO MUNICÍPIO, CONSTANTES DE ANEXO ESPECÍFICO, POR LEI ESPECÍFICA, DESDE QUE A ENTIDADE CUMpra AS DETERMINAÇÕES EXIGIDAS PELA LEGISLAÇÃO EM VIGOR E SEJA APROVADA PELO CONSELHO MUNICIPAL PERTINENTE.

PARÁGRAFO ÚNICO - AS ENTIDADES BENEFICIADAS COM RECURSOS PÚBLICOS A QUALQUER TÍTULO SUBMETER-SE-ÃO À FISCALIZAÇÃO DO PODER EXECUTIVO, COM A FINALIDADE DE VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS ESTABELECIDOS PELO ATO DE TRANSFERÊNCIA DOS RECURSOS ALÉM DAS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS, DENTRE AS QUAIS:

- A) CERTIFICAÇÃO DA ENTIDADE JUNTO AO RESPECTIVO CONSELHO MUNICIPAL;
- B) CERTIFICAÇÃO DE "UTILIDADE PÚBLICA";
- C) A ENTIDADE DEVERÁ APLICAR, NAS ATIVIDADES-FIM, AO MENOS 80% DE SUA RECEITA TOTAL;
- D) MANIFESTAÇÃO PRÉVIA E EXPRESSA DO SETOR TÉCNICO E DA ASSESSORIA JURÍDICA DO GOVERNO CONCEDENTE;
- E) DECLARAÇÃO DE FUNCIONAMENTO REGULAR, EMITIDA POR AUTORIDADES HABILITADAS;
- F) VEDAÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS PARA ENTIDADES CUJOS DIRIGENTES SEJAM TAMBÉM AGENTES POLÍTICOS DO GOVERNO CONCEDENTE.

ART. 10 - AS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO PODERÃO SER PROGRAMADAS PARA O EXERCÍCIO DE 2013 COM OS ACRÉSCIMOS ESTABELECIDOS NAS ESTIMATIVAS DE RECEITAS CONFORME MEMÓRIAS DE CÁLCULOS EXIGIDAS.

ART. 11 - A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL ELABORARÁ E REMETERÁ AO PODER EXECUTIVO SUA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA ATÉ 30 DE AGOSTO, PARA FINS DE CONSOLIDAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA.

PARÁGRAFO ÚNICO: O PODER EXECUTIVO, EM ATENDIMENTO AO ART. 12 § 3º DA LEI COMPLEMENTAR 101/2000, ENCAMINHARÁ AS ESTIMATIVAS DE RECEITAS E RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PARA O EXERCÍCIO DE 2013, ACOMPANHADO DAS RESPECTIVAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO, AO PODER LEGISLATIVO E AO MINISTÉRIO PÚBLICO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAMBEIRO

5

C. M. JAMBEIRO
Fis. _____
Rubrica _____

ART. 12 - O PODER EXECUTIVO ENVIARÁ ATÉ O DIA 30 DE SETEMBRO O PROJETO DE LEI DO ORÇAMENTO ANUAL À CÂMARA MUNICIPAL, QUE O APRECIARÁ ATÉ O FINAL DA SESSÃO LEGISLATIVA, DEVOLVENDO-O PARA SANÇÃO.

§ 1º - NÃO SENDO DEVOLVIDO O AUTÓGRAFO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL NO PRAZO LEGAL PREVISTO, FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A EXECUTAR A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA ORIGINAL, ATÉ A SUA DISCUSSÃO FINAL, APROVAÇÃO E REMESSA PELO PODER LEGISLATIVO, NA BASE DE UM DUODÉCIMO MENSAL DO PROJETO DE LEI ENVIADO À CÂMARA MUNICIPAL.

§ 2º - ENQUANTO NÃO FOR DELIBERADO E DEVOLVIDO O AUTÓGRAFO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, O PODER LEGISLATIVO NÃO PODERÁ ENTRAR EM RECESSO.

ART. 13 - AS DESPESAS COM PUBLICIDADE DE INTERESSE DO MUNICÍPIO RESTRINGIR-SE-ÃO AOS GASTOS NECESSÁRIOS À DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL, DE INVESTIMENTOS, DE SERVIÇOS PÚBLICOS E DE PROGRAMAS DE METAS, BEM COMO DE CAMPANHAS DE NATUREZA EDUCATIVA OU PREVENTIVA, EXCLUÍDAS AS DESPESAS COM PUBLICAÇÃO DE EDITAIS E OUTRAS PUBLICAÇÕES LEGAIS OBRIGATÓRIAS.

DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL

ART. 14 - AS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO CONFORME ESTABELECE O ARTIGO 20 DA LEI COMPLEMENTAR 101/2000 NÃO PODERÃO EXCEDER:

I - PODER EXECUTIVO: 54 % (CINQUENTA E QUATRO POR CENTO) DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO;

II - PODER LEGISLATIVO: 6% (SEIS POR CENTO) DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO.

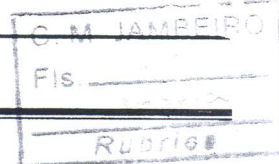
§ 1º - AS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS DEVERÃO ATENDER AINDA O DISPOSTO NOS ARTIGOS 22 E 23 DA LEI COMPLEMENTAR 101/2000.

§ 2º - SE A DESPESA COM PESSOAL ULTRAPASSAR OS LIMITES ESTABELECIDOS PELA LEI COMPLEMENTAR 101/2000, A ADOÇÃO DAS MEDIDAS SANEADORAS PRESERVARÁ OS SERVIDORES DAS ÁREAS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

§ 3º - AS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS TERÃO PRIORIDADE SOBRE NOVOS PROJETOS OU DESPESAS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAMBEIRO



ART. 16 - DURANTE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, PODERÁ O EXECUTIVO MUNICIPAL UTILIZAR OS DISPOSITIVOS CONTIDOS NO ART. 167 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADOS COM OS ARTIGOS 42, 43 E SEUS PARÁGRAFOS DA LEI FEDERAL 4.320/64, MEDIANTE DECRETO EXECUTIVO, ATÉ O LIMITE DE 10% (DEZ POR CENTO); TRANSPOR, REMANEJAR OU TRANSFERIR RECURSOS DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE AÇÃO OU PROGRAMAÇÃO, OU AINDA DESDE QUE HAJA ALGUM DOS RECURSOS FINANCEIROS ESTABELECIDOS PELO PARÁGRAFO 1º DO ART. 43 DA LEI 4.320/64.

ART. 17 - FICA AUTORIZADO O EXECUTIVO MUNICIPAL A:

I – REALIZAR OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA, RESPEITADO O LIMITE E OS TERMOS DA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA VIGENTE:

II – REALIZAR OPERAÇÕES DE CRÉDITO ATÉ O LIMITE ESTABELECIDO PELA LEGISLAÇÃO, NORMAS E PARÂMETROS EM VIGOR.

III – PROMOVER ALTERAÇÕES NOS PROJETOS ELENCADOS NA L.D.O. A FIM DE COMPATIBILIZAR A DESPESA ÀS NECESSIDADES E INTERESSES COLETIVOS.

ART. 18 - O ORÇAMENTO ANUAL DEVERÁ ATENDER, ALÉM DA LDO, AS PRIORIDADES CONTIDAS NO PPA, QUE PODERÁ SOFRER REVISÕES A FIM DE COMPATIBILIZAR A DESPESA FIXADA À RECEITA PREVISTA PARA O EXERCÍCIO, E DE ACORDO COM NOVOS PROGRAMAS E AÇÕES QUE VISEM OS INTERESSES SOCIAIS DA COLETIVIDADE.

§ 1º - TENDO EM VISTA A CAPACIDADE FINANCEIRA DO MUNICÍPIO E ATENDIDOS OS INTERESSES DA COMUNIDADE, O EXECUTIVO MUNICIPAL PROCEDERÁ À SELEÇÃO DAS PRIORIDADES, PODENDO INCLUIR NOVOS PROGRAMAS OU AÇÕES NÃO ELENCADOS, DESDE QUE FINANCIADOS COM RECURSOS PRÓPRIOS NÃO AFETADOS, OU DE CONVÊNIOS FIRMADOS COM OUTRAS ESFERAS DE GOVERNO.

§ 2º - AS ALTERAÇÕES REFERENTES AO PLANO PLURIANUAL SERÃO OBJETO DE MODIFICAÇÕES NOS ANEXOS PRÓPRIOS, NAS FORMAS DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

DISPOSIÇÕES FINAIS

ART. 19 - O EXECUTIVO MUNICIPAL PODERÁ FIRMAR CONVÊNIOS COM OUTRAS ESFERAS DE GOVERNOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DAS ÁREAS DE: SAÚDE E SANEAMENTO, EDUCAÇÃO, ESPORTES, CULTURA, TURISMO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRANSPORTES, AGRICULTURA, ADMINISTRAÇÃO, HABITAÇÃO, URBANISMO E OUTRAS ÁREAS DE SUA COMPETÊNCIA, TENDO EM VISTA O INTERESSE DA COLETIVIDADE.

ART. 20 - O EXECUTIVO MUNICIPAL PODERÁ ARCAR COM DESPESAS DE OUTRAS ESFERAS DE GOVERNOS, SEMPRE QUE CAIBA AO MUNICÍPIO RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA E FIQUE COMPROVADO O INTERESSE PÚBLICO, DESDE QUE FIRMADO O RESPECTIVO AJUSTE OU ACORDO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAMBEIRO

8

Fis. 12

RUBRICA

ART. 21 – É VEDADO CONSIGNAR NA LEI DE ORÇAMENTO CRÉDITO COM FINALIDADE IMPRECISA OU COM DOTAÇÃO ILIMITADA.

ART. 22 – NA PROGRAMAÇÃO DAS DESPESAS DEVERÃO SER DEFINIDAS AS FONTES DE RECURSOS, CONFORME PROJETO AUDESP.

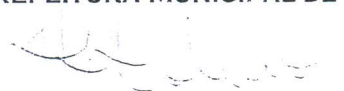
ART. 23 – OS PLANOS, PROJETOS E ORÇAMENTOS, ASSIM COMO AS PRESTAÇÕES DE CONTAS, SERÃO AMPLAMENTE DIVULGADOS, FICANDO À DISPOSIÇÃO DA SOCIEDADE PARA CONHECIMENTO E ANÁLISE.

ART. 24 - A PRESENTE LEI ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

JAMBEIRO, 22 DE JUNHO DE 2012.


CARLOS ALBERTO DE SOUZA,
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADA E PUBLICADA NA SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAMBEIRO, AOS 22 DE JUNHO DE 2012.


SILVIA HELENA DE TOLEDO
CHEFE DA SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO